



**COOPERATIVA DE CREDITO DE LIVRE ADMISSÃO DE
PALMEIRAS E REGIÃO LTDA**

A large, stylized graphic of a downward-pointing triangle is centered on the page. It is composed of three overlapping sections: a light green section on the left, a light blue section on the right, and a light yellow section at the bottom. The text "DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS" is overlaid on the middle of this graphic.

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

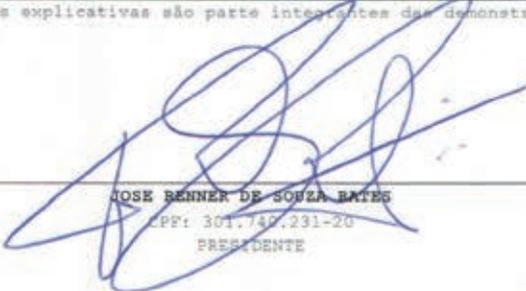
1º Semestre de 2018.

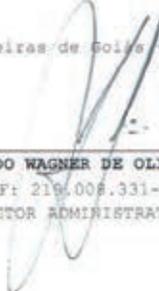
DEMONSTRAÇÃO CONTÁBIL LEVANTADA EM 30.06.2018 E 30.06.2017
 BALANÇO PATRIMONIAL
 (EM R\$)

ATIVO	06/2018	06/2017	PASSIVO + PATRIMONIO LIQUIDO	06/2018	06/2017
ATIVO CIRCULANTE	56.473.959	46.367.993	PASSIVO CIRCULANTE	35.482.347	26.522.368
DISPONIBILIDADES	571.033	328.208	DEPÓSITOS (NOTA 9)	29.599.836	23.421.671
Caixa e Equivalentes de Caixa	571.033	328.208	DEPÓSITOS A VISTA	15.096.148	10.135.851
			DEPÓSITOS A PRAZO	14.503.688	13.285.820
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS (NOTA 4)	35.192.208	25.335.295	OBRIGAÇÃO POR LETRAS DO AGRONEGOCIO (NOTA 9)	2.589.664	855.176
CENTRALIZAÇÃO FINANCEIRA	35.192.208	25.335.295	OBRIGAÇÃO EM LETRA DO AGRONEGOCIO	2.589.664	855.176
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (NOTA 5)	20.453.469	19.249.670	RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS (NOTA 10)	1.350.604	0
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	20.453.469	19.249.670	REPASSE INTERFINANCEIROS	1.350.604	0
Setor Privado	20.999.133	19.888.188			
(-) PROVISÃO PARA CLD	-545.664	-638.518	OUTRAS OBRIGAÇÕES (NOTA 11)	1.942.243	2.245.521
OUTROS CRÉDITOS (NOTA 6)	257.248	1.454.820	SOCIAIS E ESTATUTÁRIAS (NOTA 11.1)	457.705	313.025
RENDAS A RECEBER	10.734	10.046	COB E ARRECAD. DE TRIB. E ASSEM.	11.046	14.331
DIVERSOS	246.515	1.444.775	FISCAIS E PREVIDENCIARIAS (NOTA 11.2)	165.718	161.844
			DIVERSAS (NOTA 11.3)	1.307.774	1.756.322
ATIVO NÃO CIRCULANTE	14.211.049	10.546.729	PASSIVO NÃO CIRCULANTE	103.198	103.198
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (NOTA 5)	6.969.617	5.684.377	OUTRAS OBRIGAÇÕES (NOTA 11)	103.198	103.198
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	7.339.259	5.684.377	PATRIMÔNIO LÍQUIDO (NOTA 13)	35.099.463	30.289.156
(-) PROVISÃO PARA CLD	-369.642				
INVESTIMENTOS (NOTA 7)	5.342.262	4.673.970	CAPITAL (NOTA 13)	26.067.979	23.432.248
OUTROS INVESTIMENTOS	5.342.262	4.673.970	CAPITAL SOCIAL	26.067.979	23.432.248
IMOBILIZADO DE USO (NOTA 8)	1.882.600	158.170	RESERVA DE LUCROS	6.425.309	5.207.957
IMÓVEIS DE USO	450.000	0			
OUTRAS IMOBILIZAÇÕES DE USO	1.904.060	588.084	SOBRAS/PERDAS ACUMULADAS (NOTA 13.4)	2.606.175	1.648.950
(-) DEPRECIACÕES ACUMULADAS	-471.460	-429.914			
INTANGÍVEL	16.570	30.211			
ATIVOS INTANGÍVEIS	305.633	305.633			
(-) AMORTIZAÇÃO ACUMULADA	-289.063	-275.422			
TOTAL DO ATIVO	70.685.008	56.914.722	TOTAL DO PASSIVO+PATRIM LÍQUIDO	70.685.008	56.914.722

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Palmeiras de Goiás - GO, 30 de Junho de 2018.


 JOSE BENNER DE SOUZA BATES
 CPF: 301.740.231-20
 PRESIDENTE


 RICARDO WAGNER DE OLIVEIRA
 CPF: 219.008.331-15
 DIRETOR ADMINISTRATIVO

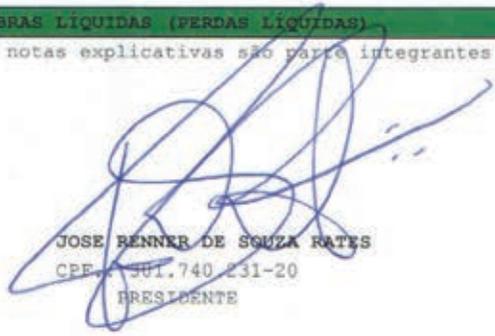

 0800 725 0996


 FERNANDA CASTORINA CAMPOS
 Contadora CRC-GO 020222/0-3
 CPF: 017.748.781-00

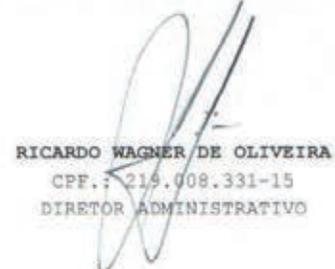
DISCRIMINAÇÃO	06/2018	06/2017
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	4.043.238	3.763.665
Operações de Crédito (NOTA 16)	3.998.846	3.763.665
Resultado de aplicação compulsórias	44.392	0
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	-494.307	-764.798
Operações de Captação no Mercado (NOTA 17.1)	-449.846	-639.840
Operações de Empréstimos, Cessões e Repasses	-152.454	-178.726
Provisão para Créditos Liquidação Duvidosa	107.993	53.767
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	3.548.931	2.998.867
OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS	-133.086	-175.356
Receitas de Prestação de Serviços	437.940	437.857
Outras Receitas Operacionais	1.352.184	1.452.519
Outras Receitas Não Operacionais	0	0
Despesas de Pessoal	-853.530	-890.463
Outras Despesas Administrativas	-973.288	-1.089.951
Despesas Tributárias	-46.081	-29.034
Outras Despesas Operacionais (NOTA 17)	-50.312	-56.284
Outras Despesas não Operacional		0
RESULTADO OPERACIONAL	3.415.845	2.823.510
RESULTADO NÃO OPERACIONAL (NOTA 18)	10.325	17.034
RESULTADO ANTES DA PROVISÃO PARA JUROS AO CAPITAL	3.426.170	2.840.544
Juros ao Capital (NOTA 14)	-819.995	-1.205.428
RESULTADO BRUTO ANTES DAS PARTICIPAÇÕES ESTATUTÁRIAS	2.606.175	1.635.116
PARTICIPAÇÕES ESTATUTÁRIAS NO LUCRO/FATES	0	13.834
SOBRAS LÍQUIDAS (PERDAS LÍQUIDAS)	2.606.175	1.648.950

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações contábeis.

Palmeiras de Goiás - GO, 30 de Junho de 2018.



JOSE RENNIR DE SOUZA RATES
CPF.: 301.740.231-20
PRESIDENTE



RICARDO WAGNER DE OLIVEIRA
CPF.: 219.008.331-15
DIRETOR ADMINISTRATIVO


0800 725 0996



FERNANDA CASTORINA CAMPOS
Contadora CRC-GO 020222
CPF.: 017.748.781-00

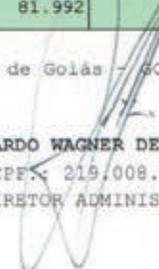
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
 Semestre Findo em 30 de Junho de 2018 E Semestre findo em 30.06.2017
 (Valores em R\$)

EVENTOS	CAPITAL REALIZADO	RESERVAS DE SOBRAS			SOBRAS OU PERDAS ACUMULADAS	TOTAL
		LEGAL	FAC	CONTINGENCIA FUNCAAF		
SALDOS NO INICIO DO PERÍODO EM: 01/01/2017	22.018.094	5.022.343	986.810	135.270	845.837	29.008.354
AUMENTOS DE CAPITAL:						0
- Por Incorporação de Sobras	845.837				-845.837	0
- Por Incorporação de Reservas	986.810		-986.810			0
- Por Integralizações	1.408.242					1.408.242
- Juros Pagos ao Capital	2.294.712					2.294.712
BAIXA CAPITAL	-2.291.776					-2.291.776
OUTROS EVENTOS:						0
- Constituição /Reversão FUNCAAF				106.844		106.844
SOBRAS (PREJUÍZO) DO PERÍODO (DESTINAÇÃO) / REVERSÃO DO FATES					3.444.503	3.444.503
DESTINAÇÕES:					151.697	151.697
- Fates					(179.810)	-179.810
- Reserva Legal		1.078.860			(1.078.860)	0
- Fundo Para Aumento de Capital (FAC)			1.258.670		(1.258.670)	0
- Ajustes						0
SALDOS NO FIM DO PERÍODO EM: 31/12/2017	25.261.919	6.101.203	1.258.670	242.114	1.078.860	33.942.766
MUTAÇÕES NO PERÍODO	3.243.825	1.078.860	271.860	106.844	233.023	4.934.412
SALDOS NO INICIO DO PERÍODO EM: 01/01/2018	25.261.919	6.101.203	1.258.670	242.114	1.078.860	33.942.766
AUMENTOS DE CAPITAL:						0
- Por Incorporação de Sobras	0				-1.078.860	-1.078.860
- Por Incorporação de Reservas	1.258.670		-1.258.670			0
- Por Integralizações	1.310.137					1.310.137
- Juros Pagos ao Capital						0
BAIXA CAPITAL	-1.762.747					-1.762.747
OUTROS EVENTOS:						0
- Constituição /Reversão FUNCAAF				81.992		81.992
SOBRAS (PREJUÍZO) DO PERÍODO					2.606.175	2.606.175
DESTINAÇÕES:						0
- Fates						0
- Reserva Legal						0
- Fundo Para Aumento de Capital (FAC)						0
- Ajustes						0
SALDOS NO FIM DO PERÍODO EM: 30/06/2018	26.067.979	6.101.203	0	324.106	2.606.175	35.099.463
MUTAÇÕES NO PERÍODO	806.060	0	-1.258.670	81.992	1.527.315	1.156.697

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações contábeis.

Palmeiras de Goiás - GO, 30 de Junho de 2018.


JOSE RENNER DE SOUZA RATES
 CPF.: 301.740.231-20
 PRESIDENTE


RICARDO WAGNER DE OLIVEIRA
 CPF.: 219.008.331-15
 DIRETOR ADMINISTRATIVO


 0800 725 0996


FERNANDA CASTORINA CAMPOS
 CONTADORA CRC-GO 020222
 CPF.: 017.748.781-00

Descrição	1º Semestre 2018	1º semestre de 2017
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Sobras/(perdas) líquidas antes do imposto de renda e da contribuição social.....	2.606.175	1.635.116
Ajustes as sobras/perdas líquidas: (não afetaram o caixa)	27.905	32.260
Despesas de depreciação e amortização.....	27.905	32.260
(Lucro)/Prejuízo na equivalência patrimonial.....	-	-
Outros ajustes.....	-	-
Variações patrimoniais: (afetaram o resultado/receitas e despesas)	7.764.556	3.860.867
Aplicações interfinanceiras de liquidez.....	-	-
Titulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos.....	-	-
Relações interfinanceiras e interdependências.....	1.350.604	3.624.168
Operações de crédito.....	(27.423.087)	(24.934.047)
Outros créditos.....	(257.248)	(1.454.820)
Outros valores e bens.....	-	-
Depósitos.....	29.599.836	23.421.671
Obrigações por operações comprometidas.....	2.449.011	855.176
Obrigações por empréstimos e repasses.....	-	-
Instrumentos financeiros derivativos.....	-	-
Outras obrigações.....	2.045.441	2.348.719
Resultados de exercícios futuros.....	-	-
Ajuste ao valor de mercado - TVM e IFD.....	-	-
Outros ajustes.....	-	-
CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	10.398.636	5.528.244
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Alienação de investimentos.....	-	-
Alienação de imobilizado de uso.....	-	-
Aquisição de investimentos.....	(331.469)	(258.478)
Aquisição de imobilizado de uso.....	(1.296.570)	(51.041)
Aplicação no intangível.....	-	-
Outros ajustes.....	-	-
CAIXA LÍQUIDO USADO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	(1.628.038)	(309.519)
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Variações patrimoniais:	4.283.830	4.367.477
Aumento/(redução) de capital.....	806.060	1.462.754
Reservas de capital.....	-	-
Reservas de reavaliação.....	-	-
Reservas de lucros.....	-	-
Sobras ou perdas acumuladas.....	2.606.175	1.648.950
Despesas de juros ao capital.....	819.995	1.205.428
Outros ajustes.....	51.600	50.344
CAIXA LÍQUIDO USADO NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	4.283.830	4.367.477
Aumento líquido de caixa e de equivalentes de caixa	13.054.428	9.586.202
Caixa e equivalentes de caixa no início do período.....	22.708.813	16.077.301
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período.....	35.763.241	25.663.503

1.1.0.00.00-6
1.1.0.00.00-6

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Palmeiras de Goiás, 30 de junho de 2018.


José Benner de Souza Rates
CPF: 101.740.231-20
Presidente


Ricardo Wagner de Oliveira
CPF: 219.008.331-15
Diretor Administrativo


Fernanda Castorina Campos
CPF: 017.748.781-00
Contadora - CRC-GO 020222/O-3

COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DE PALMEIRAS E REGIÃO LTDA

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PARA OS SEMESTRES
FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2018 E 2017**

NOTA 1. Contexto Operacional

A **COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DE PALMEIRAS E REGIÃO LTDA - SICOOB PALMEIRAS**, é uma cooperativa de crédito singular, instituição financeira não bancária, fundada em **02/02/1993**, filiada à **COOPERATIVA CENTRAL DE CRÉDITO DE GOIÁS LTDA – SICOOB GOIÁS CENTRAL** e componente da Confederação Nacional das Cooperativas do SICOOB – SICOOB CONFEDERAÇÃO, em conjunto com outras cooperativas singulares e centrais. Tem sua constituição e o funcionamento regulamentados pela Lei nº 4.595/1964, que dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias, pela Lei nº 5.764/1971, que define a Política Nacional do Cooperativismo, pela Lei Complementar nº 130/2009, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo e pela Resolução CMN nº 4.434/2015, do Conselho Monetário Nacional, que dispõe sobre a constituição e funcionamento de cooperativas de crédito.

O **SICOOB PALMEIRAS** possui **2** Postos de Atendimento (PAs) nas seguintes localidades:
TURVÂNIA - GO, PALMINÓPOLIS - GO.

O **SICOOB PALMEIRAS** tem como atividade preponderante a operação na área creditícia, tendo como finalidade:

- (i) Proporcionar, através da mutualidade, assistência financeira aos associados;
- (ii) A formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo, através da ajuda mútua da economia sistemática e do uso adequado do crédito; e
- (iii) Praticar, nos termos dos normativos vigentes, as seguintes operações dentre outras: captação de recursos, concessão de créditos, prestação de garantias, prestação de serviços, formalização de convênios com outras instituições financeiras e aplicação de recursos no mercado financeiro, inclusive depósitos a prazo com ou sem emissão de certificado, visando preservar o poder de compra da moeda e remunerar os recursos.

NOTA 2. Apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – BACEN, considerando as Normas Brasileiras de Contabilidade, especificamente àquelas aplicáveis às entidades Cooperativas, a Lei do Cooperativismo nº 5.764/71 e normas e instruções do BACEN, apresentadas conforme Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF, e sua emissão foi autorizada pela Diretoria Executiva em 23/10/2018.

Na elaboração das demonstrações contábeis faz-se necessário utilizar estimativas para contabilizar determinados ativos e passivos entre outras transações. As demonstrações contábeis da Cooperativa incluem, portanto, estimativas referentes à provisão para créditos de liquidação duvidosa, à seleção das vidas úteis dos bens do ativo imobilizado, às provisões necessárias para causas judiciais, entre outras. Os resultados reais podem apresentar variação em relação às estimativas utilizadas.

Em aderência ao processo de convergência às normas internacionais de Contabilidade, algumas Normas e suas Interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as quais serão aplicadas às instituições financeiras quando aprovadas pelo Banco Central do Brasil. Nesse sentido, os Pronunciamentos contábeis já aprovados pelo Banco Central do Brasil são: CPC Conceitual Básico (R1) - Resolução CMN nº 4.144/2012; CPC 01(R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos - Resolução CMN nº 3.566/2008; CPC 03 (R2) - Demonstrações do Fluxo de Caixa - Resolução CMN nº 3.604/2008; CPC 04 (R1) – Ativo Intangível - Resolução CMN nº 4.534/2016; CPC 05 (R1) - Divulgação sobre Partes Relacionadas - Resolução CMN nº 3.750/2009; CPC 10 (R1) - Pagamento Baseado em Ações - Resolução CMN nº 3.989/2011; CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro. – Resolução CMN nº 4.007/2011; CPC 24 - Evento Subsequente - Resolução CMN nº 3.973/2011; CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes – Resolução CMN nº 3.823/2009; CPC 33 (R1) - Benefícios a Empregados Resolução CMN nº 4.424/2015.

NOTA 3. Resumo das principais práticas contábeis

a) Apuração do resultado

Os ingressos/receitas e os dispêndios/despesas são registrados de acordo com o regime de competência.

As receitas com prestação de serviços, típicas ao sistema financeiro, são reconhecidas quando da prestação de serviços ao associado ou a terceiros.

Os dispêndios e as despesas e os ingressos e receitas operacionais, são proporcionalizados de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

b) Estimativas contábeis

Na elaboração das demonstrações contábeis faz-se necessário utilizar estimativas para determinar o valor de certos ativos, passivos e outras transações considerando a melhor informação disponível. Incluem, portanto, estimativas referentes à provisão para créditos de liquidação duvidosa, à vida útil dos bens do ativo imobilizado, provisões para causas judiciais, dentre outros. Os resultados reais podem apresentar variação em relação às estimativas utilizadas.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa, conforme Resolução CMN nº 3.604/2008, incluem as rubricas caixa, depósitos bancários e as relações interfinanceiras de curto prazo e de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valores e limites, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias.

d) Operações de crédito

As operações de crédito com encargos financeiros pré-fixados são registradas a valor futuro, retificadas por conta de rendas a apropriar e as operações de crédito pós-fixadas são registradas a valor presente, calculadas por critério "pro rata temporis", com base na variação dos respectivos indexadores pactuados.

e) Provisão para operações de crédito

Constituída em montante julgado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber, levando-se em consideração a análise das operações em aberto, as garantias existentes, a experiência passada, a capacidade de pagamento e liquidez do tomador do crédito e os riscos específicos apresentados em cada operação, além da conjuntura econômica.

As Resoluções CMN nº 2.697/2000 e 2.682/1999 estabeleceram os critérios para classificação das operações de crédito definindo regras para constituição da provisão para operações de crédito, as quais estabelecem nove níveis de risco, de AA (risco mínimo) a H (risco máximo).

f) Depósitos em garantia

Existem situações em que a cooperativa questiona a legitimidade de determinados passivos ou ações em que figura como polo passivo. Por conta desses questionamentos, por ordem judicial ou por estratégia da própria administração, os valores em questão podem ser depositados em juízo, sem que haja a caracterização da liquidação do passivo.

g) Investimentos

Representados substancialmente por quotas do **SICOOB GOIÁS CENTRAL** e ações do Bancoob, avaliadas pelo método de custo de aquisição.

h) Imobilizado

Equipamentos de processamento de dados, móveis, utensílios e outros equipamentos, instalações, edificações, veículos, benfeitorias em imóveis de terceiros e softwares, são demonstrados pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear para reduzir o custo de cada ativo a seus valores residuais de acordo com as taxas aplicáveis e levam em consideração a vida útil econômica dos bens.

i) Intangível

Correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Cooperativa ou exercidos com essa finalidade. Os ativos intangíveis com vida útil definida são geralmente amortizados de forma linear no decorrer de um período estimado de benefício econômico.

j) Ativos contingentes

Não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis sobre as quais não cabem mais recursos contrários, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável, quando aplicável, são apenas divulgados em notas explicativas às demonstrações contábeis.

k) Obrigações por empréstimos e repasses

As obrigações por empréstimos e repasses são reconhecidas inicialmente no recebimento dos recursos, líquidos dos custos da transação. Em seguida, os saldos dos empréstimos tomados são acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido ("pro rata temporis"), assim como das despesas a apropriar referente aos encargos contratados até o final do contrato, quando calculáveis.

l) Demais ativos e passivos

São registrados pelo regime de competência, apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas, até a data do balanço. Os demais passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas.

m) Provisões

São reconhecidas quando a cooperativa tem uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para saldar uma obrigação legal. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

n) Passivos contingentes

São reconhecidos contabilmente quando, com base na opinião de assessores jurídicos, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, gerando uma provável saída no futuro de recursos para liquidação das ações, e quando os montantes envolvidos forem mensurados com suficiente segurança. As ações com chance de perda possível são apenas divulgadas em nota explicativa às demonstrações contábeis e as ações com chance remota de perda não são divulgadas.

o) Obrigações legais

São aquelas que decorrem de um contrato por meio de termos explícitos ou implícitos, de uma lei ou outro instrumento fundamentado em lei, aos quais a Cooperativa tem por diretriz.

p) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro são calculados sobre o resultado apurado em operações consideradas como atos não-cooperativos de acordo com o Decreto 3.000/1999, art. 183. O resultado apurado em operações realizadas com cooperados não tem incidência de tributação conforme art. 182 do mesmo Decreto.

q) Segregação em circulante e não circulante

Os valores realizáveis e exigíveis com prazos inferiores a 360 dias estão classificados no circulante, e os prazos superiores, no longo prazo (não circulante).

r) Valor recuperável de ativos – *impairment*

A redução do valor recuperável dos ativos não financeiros (*impairment*) é reconhecida como perda, quando o valor de contabilização de um ativo, exceto outros valores e bens, for maior do que o seu valor recuperável ou de realização. As perdas por "*impairment*", quando aplicável, são registradas no resultado do período em que foram identificadas.

Em 30 de Junho de 2018 não existem indícios da necessidade de redução do valor recuperável dos ativos não financeiros.

s) Eventos subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis; e
- Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.

Não houve qualquer evento subsequente para as demonstrações contábeis encerradas em **30 de Junho de 2018. (somente se aplicável)**

NOTA 4. Relações interfinanceiras

Em **30 de junho de 2018 e 2017**, as aplicações em Relações Interfinanceiras estavam assim compostas:

Descrição	30/06/2018	30/06/2017
Centralização Financeira - Cooperativas	35.192.208,37	25.335.294,69
TOTAL	35.192.208,37	25.335.294,69

(a) Referem-se à centralização financeira das disponibilidades líquidas da Cooperativa, depositadas junto ao **SICOOB GOIÁS CENTRAL** conforme determinado no art. 24, da Resolução CMN nº 4.434/2015.

NOTA 5. Operações de crédito

a) Composição da carteira de crédito por modalidade:

Modalidade	30/06/2018			30/06/2017
	Circulante	Não Circulante	Total	
Adiantamento a Depositante	129.916	0,00	129.916	210.002
Empréstimos	10.030.345	4.181.180	14.211.525	13.102.304
Títulos Descontados	4.271.655	0,00	4.271.655	5.875.974
Financiamentos	1.097.649	1.424.892	2.522.541	1.890.641
Financiamentos Rurais e Agroindustriais	5.469.569	1.733.187	7.202.755	4.493.644
(-) Provisões para Operações de Crédito	-545.664	-369.642	-915.305	-638.518
TOTAL	20.453.470	6.969.617	27.423.087	24.934.047

b) Composição por tipo de operação, e classificação por nível de risco de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999:

Nível / Percentual de Risco / Situação	Empréstimo / TD	A.D / Cheque Especial / Conta Garantida	Financiamentos	Financiamentos Rurais	Total em 30/06/2018	Provisões 30/06/2018	Total em 30/06/2017	Provisões 30/06/2017		
									A	-
A	0,5%	Normal	5.360.072	3.352	363.293	955.883	6.682.599	-33.413	11.529.190	-57.646
B	1%	Normal	6.694.932	255.953	1.806.806	3.368.157	12.125.848	-121.258	7.968.654	-79.687

B	1%	Vencidas	56.549	364	-	-	56.913	-569	206.339	-2.063
C	3%	Normal	2.314.742	148.693	327.759	2.878.716	5.669.910	-170.097	2.043.884	-61.317
C	3%	Vencidas	79.664	8.497	-	-	88.161	-2.645	1.093.069	-32.792
D	10%	Normal	471.422	59.354	16.956	-	547.731	-54.773	1.362.280	-136.228
D	10%	Vencidas	1.022.685	365	7.727	-	1.030.777	-103.078	57.194	-5.719
E	30%	Normal	139.088	3.211	-	-	142.299	-42.690	44.438	-13.331
E	30%	Vencidas	429.031	17.778	-	-	446.809	-134.043	18.289	-5.487
F	50%	Normal	21.252	58	-	-	21.309	-10.655	5.143	-2.571
F	50%	Vencidas	328.501	186	-	-	328.686	-164.343	522,82	-261
G	70%	Normal	-	-	-	-	-	-	20	-14
G	70%	Vencidas	-	106	-	-	106	-74	177	-124
H	100%	Normal	18.071	1	-	-	18.073	-18.073	80.308	-80.308
H	100%	Vencidas	59.461	134	-	-	59.595	-59.595	160.970	-160.970
Total Normal			16.139.154	470.622	2.514.814	7.202.755	26.327.345	-450.959	24.036.005	-431.101
Total Vencidos			1.975.890	27.430	7.727	-	2.011.047	-464.347	1.536.560	-207.416
Total Geral			18.115.044	498.052	2.522.541	7.202.755	28.338.392	-915.305	25.572.565	-638.518
Provisões			-738.402,08	-19.895	-32.186	-124.822	-915.305		638.518	
Total Líquido			17.376.642	478.157	2.490.355	7.077.933	27.423.087		24.934.047	

c) Composição da carteira de crédito por faixa de vencimento:

Descrição	Até 90	De 91 até 360	Acima de 360	Total
Empréstimos	3.272.483	6.389.725	4.181.180	13.843.388
Financiamentos	277.833	819.816	1.424.892	2.522.541
Financiamentos Rurais	3.220.226	2.249.342	1.733.187	7.202.755
TOTAL	6.770.542	9.458.883	7.339.259	23.568.685

d) Composição da carteira de crédito por tipo de produto, cliente e atividade econômica:

Descrição	Conta Corrente	Empréstimo / Financiamento	Título Descontado	Crédito Rural	30/06/2018	% da Carteira
Setor Privado - Comércio	2.082	394.950	5.401	-	402.433	1%
Setor Privado - Indústria	4.154	-	49.246	1.039.792	1.093.192	4%
Setor Privado - Serviços	129.388	3.014.665	919.344	180.588	4.243.985	15%
Pessoa Física	349.158	12.903.549	3.278.122	5.982.375	22.513.203	79%
Outros	13.271	52.766	19.542	-	85.579	0%
TOTAL	498.052	16.365.929	4.271.655	7.202.755	28.338.392	100%

e) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa de operações de crédito:

Descrição	30/06/2018	30/06/2017
Saldo Inicial	(1.054.315)	(587.901)
Constituições	-	(99.061)

Reversões	109.012	-
Transferência para prejuízo	76.923	101.828
Reversões de Prejuízo	(106.921)	(53.384)
TOTAL	(915.305)	(638.518)

f) Concentração dos Principais Devedores:

Descrição	30/06/2018	% Carteira Total	30/06/2017	% Carteira Total
Maior Devedor	1.550.314	5,00%	1.404.180	5,00%
10 Maiores Devedores	9.296.715	33,00%	7.795.983	30,00%
50 Maiores Devedores	19.897.219	70,00%	17.924.500	70,00%

g) Movimentação de Créditos Baixados Como Prejuízo:

Descrição	30/06/2018	30/06/2017
Saldo inicial	554.930	466.623
Valor das operações transferidas no período	76.923	101.828
Valor das operações recuperadas no período	(106.921)	(53.384)
TOTAL	524.932	515.067

h) Operações renegociadas:

Durante o **1º Semestre de 2018**, a cooperativa procedeu à renegociação de operações de crédito no montante total de R\$ 3.666.760 compreendendo as composições de dívidas, prorrogações, novações de créditos e as concessões de novas operações de crédito para liquidação parcial ou total de operações anteriores.

NOTA 6. Outros créditos

Valores referentes às importâncias devidas a Cooperativa por pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas no país, conforme demonstrado:

Modalidade	30/06/2018	30/06/2017
Rendas a Receber	10.734	10.046
Diversos	246.515	1.444.775
<i>Adiantamentos e Antecipações Salariais (b)</i>	41.629	38.969
<i>Adiantamentos por conta de Imobilizações (c)</i>	-	1.199.852
<i>Devedores por depósito em garantias (c)</i>	103.198	103.198
<i>Impostos e Contribuições a Compensar (d)</i>	97.128	97.128
<i>Titulos e Créditos a Receber</i>	3.491	3.943
<i>Devedores Diversos - País</i>	1.069	1.485
TOTAL	257.248	1.454.820

(a) Refere - se a rendas oriundas de convenio com ENEL (CELG), SANEAGO, TELECOMUNICAÇÕES, TRIBUTOS FEDERAIS, ESTADUAIS, DPVAT, FGTS E OUTROS, as quais serão recebidas a partir de agosto de 2018.

(b) Refere - se a custo de implantação de Data Center (Projeto Inova TI), que será reclassificado para o Ativo Permanente quando a conclusão e entrada em funcionamento. O contrato foi firmado entre a cooperativa e a empresa LCS Desenvolvimento, Negócios e Intermediações Ltda.

(c) Em Devedores por Depósitos em Garantia estão registrados depósitos judiciais para: PIS e COFINS sobre Atos Cooperativos, que vem sendo discutido judicialmente (vide nota 25).

(d) Refere – se a valores pagos de IRRF sobre Juros ao Capital.

NOTA 7. Investimentos

O saldo é, substancialmente, representado por quotas do **SICOOB GOIÁS CENTRAL** e ações do **BANCOOB**.

Descrição	30/06/2018	30/06/2017
Participações em cooperativa central de crédito	3.106.286	2.750.779
Participações inst financ controlada coop crédito	2.235.977	1.923.191
TOTAL	5.342.262	4.673.970

NOTA 8. Imobilizado de uso

Demonstrado pelo custo de aquisição, menos depreciação acumulada. As depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas determinadas pelo prazo de vida útil estimado conforme abaixo:

Descrição	30/06/2018	30/06/2017	Taxa Depreciação
Imobilizado em Curso	1.280.365	-	
Terrenos	450.000	-	
Móveis e equipamentos de Uso	161.697	160.427	10%
(-) Depreciação Acum. Móveis e Equipamentos de Uso	(104.777)	(91.612)	
Sistema de Comunicação	4.136	4.136	20%
Sistema de Processamento de Dados	341.654	321.113	10%
Sistema de Segurança	79.709	65.909	10%
Sistema de Transporte	36.500	36.500	20%
(-) Depreciação Acum. Outras Imobilizações de Uso	(366.683)	(338.302)	
TOTAL	1.882.600	158.170	

(a) As imobilizações em curso serão alocadas em grupo específico após a conclusão das obras e efetivo uso, quando passaram a ser depreciadas.

NOTA 9. Depósitos

É composto de valores cuja disponibilidade é imediata aos associados, denominado de depósitos a vista, portanto sem prazo determinado para movimentá-lo, ficando a critério do portador dos recursos fazê-lo conforme sua necessidade.

É composto também por valores pactuados para disponibilidade em prazos pré estabelecidos, denominados depósitos a prazo, os quais recebem atualizações por encargos financeiros remuneratórios conforme a sua contratação em pós ou pré fixada. Suas remunerações pós fixadas são calculadas com base no critério de *pro rata temporis*, já a remunerações pré fixadas são calculadas o prazo final da operações, tendo o valor futuro, a data do demonstrativo contábil, apresentado em conta redutora.

Descrição	30/06/2018	30/06/2017
Depósito à Vista	15.096.148	10.135.851
Depósito a Prazo	14.503.688	13.285.820
TOTAL	29.599.836	23.421.671

Os depósitos, até o limite de R\$ 250 mil (duzentos e cinquenta mil reais), por CPF/CNPJ, estão garantidos pelo Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop), o qual é uma associação civil sem fins lucrativos, com personalidade jurídica de direito privado de abrangência nacional, regida pelo presente Estatuto e pelas disposições legais e regulamentares aplicáveis, conforme, constituído conforme Resoluções CMN nº4.284/2013. As instituições associadas são todas as cooperativas singulares de crédito e os bancos cooperativos.

Descrição	30/06/2018	% Carteira Total	30/06/2017	% Carteira Total
Maior Depositante	1.756.433	6,00%	1.610.989	7,00%
10 Maiores Depositantes	8.827.589	30,00%	6.456.953	28,00%
50 Maiores Depositantes	18.985.281	64,00%	13.820.904	59,00%

Despesas com operações de captação de mercado:

Descrição	2018	2017
Despesas de Depósitos a Prazo	(389.252)	(619.152)
Despesas de Letras de Crédito do Agronegócio	(39.260)	(5.176)
Despesas de Contribuição ao Fundo Garantidor de Créditos	(21.335)	(15.512)
TOTAL	(449.846)	(639.840)

NOTA 10. Relações Interfinanceiras

Obrigações por empréstimos e repasses

São demonstradas pelo valor principal acrescido de encargos financeiros e registram os recursos captados junto a outras instituições financeiras para repasse aos associados em diversas modalidades e Capital de Giro. As garantias oferecidas são a caução dos títulos de créditos dos associados beneficiados.

Instituições	30/06/2018	30/06/2017
Recursos do Bancoob	1.694.051	16.976
(-) Despesa a apropriar Bancoob	(343.447)	(16.976)

NOTA 11. Outras Obrigações

Descrição	2018	2017
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	11.045,52	14.331,20
Sociais e Estatutárias	457.705,29	326.858,79
Fiscais e Previdenciárias	165.717,90	161.843,83
Diversas	1.410.972,20	1.859.519,58
TOTAL	2.045.440,91	2.362.553,40

11.1 Sociais e Estatutárias

Descrição	30/06/2018	30/06/2017
Resultado de Atos com Associados	175.245	147.133
Resultado de Atos com Não Associados	160.889	160.889
Cotas de Capital a Pagar	121.571	18.836
TOTAL	457.705	326.859

(a) O FATES é destinado às atividades educacionais, à prestação de assistência aos cooperados, seus familiares e empregados da cooperativa, sendo constituído pelo resultado dos atos não cooperativos e 5% das sobras líquidas do ato cooperativo, conforme determinação estatutária. A classificação desses valores em contas passivas segue determinação do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF. Atendendo à instrução do BACEN, por meio da Carta Circular nº 3.224/2006, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971.

(b) Refere-se às cotas de capital a devolver de associados desligados.

11.2 Fiscais e Previdenciárias

As obrigações fiscais e previdenciárias, classificadas no passivo na conta de Outras Obrigações estão assim compostas:

Descrição	30/06/2018	30/06/2017
Provisão para impostos e contribuições/lucros	5.654	2.746
Impostos e contribuições a recolher	160.064	159.098
TOTAL	165.718	161.844

11.3 Diversas

Descrição	30/06/2018	30/06/2017
Obrigações por Prestação de Serviços de Pagamento	10.502	11.970
Provisão para Pagamentos a Efetuar (a)	1.057.929	1.441.475
Provisão para Passivos Contingentes (NOTA 25)	103.198	103.198
Provisão para Garantias Financeiras Prestadas (b)	76.693	148.306
Credores Diversos - País	162.650	154.571
TOTAL	1.410.972	1.859.520

(a) Referem-se à provisão para pagamento de despesas de Pessoal (R\$ 161.873), outras despesas administrativas (R\$76.061) e Provisão para pagamentos de juros sobre o capital (R\$819.995).

(b) Refere-se à contabilização, a partir de 01/01/2017, da provisão para garantias financeiras prestadas, apurada sobre o total das coobrigações concedidas pela singular, conforme Resolução CMN nº 4.512/2016. Em 30 de Junho de 2018, a cooperativa é responsável por coobrigações e riscos em garantias prestadas, no montante de R\$ 6.073263 (R\$ 7.071251 em 30/06/2017), referentes a aval prestado em diversas operações de crédito de seus associados com instituições financeiras oficiais. A provisão para garantias financeiras prestadas é apurada com base na avaliação de risco dos cooperados beneficiários, de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999. Até 31 de dezembro de 2016, esta provisão vinha sendo contabilizada na rubrica 4.9.9.35.00-2 – "Provisão para Contingências" (vide Nota 25), tendo sido reclassificada para a conta 4.9.9.45.00-9 a partir de janeiro de 2017, conforme determina o § 3º, do artigo 6º, da Resolução CMN nº4.512/2016.

NOTA 12. Instrumentos financeiros

O SICOOB PALMEIRAS opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, aplicações interfinanceiras de liquidez, títulos e valores mobiliários, relações interfinanceiras, operações de crédito, depósitos à vista e a prazo, empréstimos e repasses.

Os instrumentos financeiros ativos e passivos estão registrados no balanço patrimonial a valores contábeis, os quais se aproximam dos valores justos.

NOTA 13. Patrimônio líquido

Descrição	30/06/2018	30/06/2017
Patrimônio Líquido	35.099.463	30.432.248
Capital Social	26.067.979	23.432.248
Reservas de lucro	6.425.309	5.207.957
Sobras Acumuladas	2.606.175	1.848.950

a) Capital Social

O capital social é representado por cotas-partes no valor nominal de R\$ 1,00 cada e integralizado por seus cooperados. De acordo com o Estatuto Social cada cooperado tem direito em a um voto, independentemente do número de suas cotas-partes.

No exercício de **2018**, a Cooperativa aumentou seu capital social no montante de **R\$ 26.067.979** com recursos provenientes do PROCAPRED – Programa de Capitalização de Cooperativas de Crédito ou SICOOB Cotas Partes.

Descrição	30/06/2018	30/06/2017
Capital Social	26.067.979	23.432.248
Associados	1.311	1.205

b) Reserva Legal

Representada pelas destinações estatutárias das sobras, no percentual de **30%**, utilizada para reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas Atividades.

c) Reserva de Contingência

Fundo instituído pela Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 23 de dezembro de 2014, sob registro na Ata Sumaria nº. 28, que tem por objetivo proteger o patrimônio numerário da cooperativa, por meio da cobertura de eventuais sinistros (arrombamentos, assaltos, furtos e outras ações criminosas) em que a cooperativa possa vir a ser vítima, bem como ao desenvolvimento da cooperativa. Os recursos terão origem do provisionamento mensal no valor de 3% (três por cento) do resultado líquido mensal, antes da provisão do imposto de renda.

e) Sobras Acumuladas

As sobras são distribuídas e apropriadas conforme Estatuto Social, normas do Banco Central do Brasil e posterior deliberação da Assembleia Geral Ordinária (AGO). Atendendo à instrução do BACEN, por meio da Carta Circular nº 3.224/2006, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971.

Em Assembleia Geral Ordinária, realizada em 23/03/2018, os cooperados deliberaram pelo crédito em sua conta corrente com sobra do exercício findo em 31 de dezembro de 2017, no valor de R\$ 1.078.860

f) Destinações estatutárias e legais

A sobra líquida do exercício terá a seguinte destinação:

Descrição	2018	2017
Sobra líquida do semestre	2.606.175	1.648.950

NOTA 14. Provisão de Juros ao Capital

A Cooperativa pagou juros ao capital próprio, visando remunerar o capital do associado. Os critérios para a provisão obedeceram à Lei Complementar 130, artigo 7º, de 17 de abril de 2009. A remuneração foi limitada ao valor da taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – SELIC. A referida provisão foi demonstrada na Demonstração de Sobras ou Perdas – DSP e na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido – DMPL, conforme Circular BACEN nº 2.739/1997.

NOTA 15. Outros ingressos/rendas operacionais

Descrição	2018	2017
Reversão de Provisão para Garantias Prestadas	7.417	-
Reversão de Outras Provisões Operacionais	277.437	71.109
Crédito Receita SIPAG - Faturamento	3.684	-
Crédito Receita SIPAG - Antecipação	3.770	-
Distribuição de Sobras da Central	83.344	27.090
Outras Rendas Operacionais	298.797	306.251
TOTAL	674.448	404.450

NOTA 16. Ingressos da Intermediação Financeira

Descrição	2018	2017
Rendas de Adiantamentos a Depositantes	169.313	132.355
Rendas de Empréstimos	1.937.875	1.842.686
Rendas de Direitos Creditórios Descontados	713.724	915.814
Rendas de Financiamentos	259.831	205.074
Rendas Financiamentos Rurais - Aplicações Livres	-	482.960
Rendas de Financiamentos Rurais - Aplicações com Recursos Livres	636.834	-
Rendas de Financiamentos Rurais - Aplic. com Recursos Direcionados à vista (obrigatórios)	38.242	-
Rendas de Financiamentos Rurais - Aplic. com Recursos Direcionados da Poupança Rural	114.337	-
Rendas Financ Rurais - Aplic Repassadas e Refinanc	-	183.289
Recuperação de créditos baixados como prejuízo	128.689	1.487
TOTAL	3.998.846	3.763.665

NOTA 17. Outros dispêndios/despesas operacionais

Descrição	2018	2017
Despesas de Cessão de Operações de Crédito	(7.040)	(1.269)
Despesas de Descontos Concedidos	(1.423)	-
Cancelamento de Tarifas Pendentes	(138)	(78)
Contrib. ao Fundo Ressarc. Fraudes Externas	(720)	-
Contrib. ao Fundo Ressarc. Perdas Operacionais	(448)	-
Contrib. ao Fundo Tecnologia da Informação	(15.722)	(21.054)
Outras Despesas Operacionais	(24.821)	(33.883)
Garantias Financeiras Prestadas	(20.389)	(138.400)
TOTAL	(70.701)	(194.684)

NOTA 17.1 Dispendios da Intermediação Financeira

Descrição	2018	2017
Despesas De Captação	(449.846)	(639.840)
Despesas De Obrigações Por Empréstimos E Repasses	(152.454)	(178.726)
Provisões para operações de crédito	(169.444)	(17.341)
TOTAL	(771.744)	(835.907)

NOTA 18. Resultado não operacional

Descrição	2018	2017
Lucro em Transações com Valores de Bens	-	16.000
Ganhos de Capital	11.065	15.424
(-) Perdas de Capital	-	(7.237)
(-) Outras Despesas não Operacionais	(740)	(7.153)
Resultado Líquido	10.325	17.034

NOTA 19. Partes Relacionadas

As partes relacionadas existentes são as pessoas físicas que têm autoridade e responsabilidade de planejar, dirigir e controlar as atividades da cooperativa e membros próximos da família de tais pessoas.

As operações são realizadas no contexto das atividades operacionais da Cooperativa e de suas atribuições estabelecidas em regulamentação específica.

As operações com tais partes relacionadas não são relevantes no contexto global das operações da cooperativa, e caracterizam-se basicamente por transações financeiras em regime normal de operações, com observância irrestrita das limitações impostas pelas normas do Banco Central, tais como movimentação de contas correntes, aplicações e resgates de RDC e operações de crédito.

As garantias oferecidas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária.

Montante das operações ativas e passivas no semestre de 2018:

Montante das Operações Ativas	Valores	% em Relação à Carteira Total	Provisão de Risco
P.R. – Vínculo de Grupo Econômico	8.719.472	20,19%	66.018
P.R. – Sem vínculo de Grupo Econômico	3.522.236	8,16%	10.855
TOTAL	12.241.708	28,35%	76.873
Montante das Operações Passivas	1.165.368	5,2%	

Operações ativas e passivas – saldo em 2018:

Natureza da Operação de Crédito	Valor da Operação de Crédito	PCLD (Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa)	% da Operação de Crédito em Relação à Carteira Total
Cheque Especial	116.547	3.441	33%
Crédito Rural	5.007.391	96.679	70%
Empréstimo	3.807.365	66.862	28%
Financiamento	195.001	4.227	8%
Títulos Descontados	852.773	2.426	20%

Natureza dos Depósitos	Valor do Depósito	% em Relação à Carteira Total	Taxa Média - %
Depósitos a Vista	3.900.167	25,85%	0%
Depósitos a Prazo	757.713	4,43%	0,44%

Foram realizadas transações com partes relacionadas, na forma de: depósito a prazo, cheque especial, conta garantida, cheques descontados, crédito rural – RPL, crédito rural – repasses, empréstimos, dentre outras, à taxa/remuneração relacionada no quadro abaixo, por modalidade:

Natureza das Operações Ativas e Passivas	Taxas Aplicadas em Relação às Partes Relacionadas	Taxa Aprovada pelo Conselho de Administração / Diretoria Executiva
Desconto de Cheques	2,18%	
Empréstimos	2,28%	
Financiamento	1,77%	
Aplicação Financeira - Pós Fixada	89,24%	

PERCENTUAL EM RELAÇÃO À CARTEIRA GERAL MOVIMENTAÇÃO NO EXERCÍCIO DE 2018	
CPR (física, financeira, coobrigações)	
Empréstimos e Financiamentos	11,8%
Títulos Descontados e Cheques Descontados	12,02%
Crédito Rural (modalidades)	7,33%

Créditos baixados como prejuízo no decorrer do período:

MOVIMENTAÇÃO DE CRÉDITOS BAIXADOS COM PREJUÍZO DE PARTES RELACIONADAS NO EXERCÍCIO DE 2018	
Cobrança Administrativa	
Cobrança Judicial	
Não cobrados	
TOTAL GERAL	

As garantias oferecidas pelas partes relacionadas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária.

Natureza da Operação de Crédito	Garantias Prestadas
Crédito Rural	5.462.084
Empréstimos e Financiamentos	9.876.800
Títulos Descontados	38.000,00

As doações efetuadas pela Cooperativa a partes relacionadas foram às seguintes:

DOAÇÕES A PARTES RELACIONADAS NO EXERCÍCIO DE 2018 (R\$)	
Pessoa Física	
Pessoa Jurídica	
TOTAL DOAÇÕES	

As coobrigações prestadas pela Cooperativa a partes relacionadas foram as seguintes:

No 1º semestre de 2018 os benefícios monetários destinados às partes relacionadas foram representados por honorários e custeio parcial de plano de saúde, apresentando-se da seguinte forma:

BENEFÍCIOS MONETÁRIOS NO EXERCÍCIO DE 2018 (R\$)	
Honorários	(115.378)
Encargos Sociais	(23.493)
Plano de Saúde	

NOTA 20. Cooperativa Central

A COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DE PALMEIRAS E REGIÃO LTDA - SICOOB PALMEIRAS, em conjunto com outras cooperativas singulares, é filiada à COOPERATIVA CENTRAL DE CRÉDITO DE GOIÁS LTDA - SICOOB GOIÁS CENTRAL, que representa o grupo formado por suas afiliadas perante as autoridades monetárias, organismos governamentais e entidades privadas.

O SICOOB GOIÁS CENTRAL é uma sociedade cooperativista que tem por objetivo a organização em comum em maior escala dos serviços econômico-financeiros e assistenciais de suas filiadas (cooperativas singulares), integrando e orientando suas atividades, de forma autônoma e independente, através dos instrumentos previstos na legislação pertinente e normas exaradas pelo Banco Central do Brasil, bem como facilitando a utilização recíproca dos serviços, para consecução de seus objetivos.

Para assegurar a consecução de seus objetivos, cabe ao SICOOB GOIÁS CENTRAL a coordenação das atividades de suas filiadas, a difusão e fomento do cooperativismo de crédito, a orientação e aplicação dos recursos captados, a implantação e implementação de controles internos voltados para os sistemas que acompanhem informações econômico-financeiras, operacionais e gerenciais, entre outras.

O SICOOB PALMEIRAS responde solidariamente pelas obrigações contraídas pelo SICOOB GOIÁS CENTRAL perante terceiros, até o limite do valor das cotas-partes do capital que subscrever, proporcionalmente à sua participação nessas operações.

NOTA 21. Gerenciamento de Risco

A gestão integrada de riscos e de capital no âmbito das cooperativas do Sicoob é realizada de forma centralizada pelo Sicoob Confederação, abrangendo, no mínimo, os riscos de crédito, mercado, liquidez, operacional, socioambiental, continuidade de negócios e de gerenciamento de capital.

A política institucional de gestão integrada de riscos e de capital, bem como as diretrizes de gerenciamento dos riscos e de capital são aprovados pelo Conselho de Administração do Sicoob Confederação.

A estrutura centralizada de gerenciamento de riscos e de capital é compatível com a natureza das operações e à complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição aos riscos das entidades do Sicoob.

Em cumprimento à Resolução CMN 4.557/2017, encontra-se disponível no sítio do Sicoob (www.sicoob.com.br) relatório descritivo da estrutura de gerenciamento de riscos e da estrutura de gerenciamento de capital.

21.1 Risco operacional

O processo de gerenciamento do risco operacional consiste na avaliação qualitativa dos riscos por meio das etapas de identificação, avaliação, tratamento, testes de avaliação dos sistemas de controle, comunicação e informação.

Os resultados desse processo são apresentados à Diretoria Executiva e ao Conselho de Administração.

A metodologia de alocação de capital, para fins do Novo Acordo da Basileia, utilizada para determinação da parcela de risco operacional (RWAopad) de cooperativas enquadradas no Segmento 4 é a Abordagem do Indicador Básico (BIA).

22.2 Risco de Mercado e de Liquidez

O gerenciamento do risco de mercado é o processo que visa quantificar a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pelas cooperativas, e inclui o risco da variação das taxas de juros e dos preços de ações, para os instrumentos classificados na carteira de negociação (trading) e o risco da variação cambial e dos preços de mercadorias (commodities), para os instrumentos classificados na carteira de negociação ou na carteira bancária (banking).

O processo de gerenciamento do risco de liquidez lida com a possibilidade de a cooperativa não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas.

No processo de gerenciamento do risco de mercado e da liquidez das cooperativas são realizados os seguintes procedimentos:

- a) utilização do VaR – Value at Risk para mensurar o risco de mercado das cooperativas;
- b) análise de descasamentos entre ativos e passivos para avaliação de impacto na margem financeira das cooperativas;
- c) definição de limite máximo para a exposição a risco de mercado;
- d) realização periódica de backtest do VaR das carteiras das cooperativas e dos modelos de cálculo de risco de mercado;
- e) definição de limite mínimo de liquidez para as cooperativas;
- f) projeção do fluxo de caixa das cooperativas para 90 (noventa) dias;
- g) diferentes cenários de simulação de perda em situações de stress.

22.3 Risco de Crédito

O gerenciamento de risco de crédito objetiva garantir a aderência às normas vigentes, maximizar o uso do capital e minimizar os riscos envolvidos nos negócios de crédito por meio das boas práticas de gestão de riscos.

Compete ao gestor centralizado (Sicoob Confederação) a padronização de processos, de metodologias de análises de risco de clientes e de operações, da criação e de manutenção de política única de risco de crédito para o Sicoob, além do monitoramento das carteiras de crédito das cooperativas.

22.4 Gerenciamento de capital

O gerenciamento de capital é o processo contínuo de monitoramento e controle do capital, mantido pela cooperativa para fazer face aos riscos a que está exposta, visando atingir os objetivos estratégicos estabelecidos.

22.5 Risco Socioambiental

O gerenciamento do risco socioambiental consiste na identificação, classificação, avaliação e no tratamento dos riscos com possibilidade de ocorrência de perdas decorrentes de danos socioambientais.

22.6 Gestão de Continuidade de Negócio

A Gestão de Continuidade dos Negócios (GCN) é um processo abrangente de gestão que identifica ameaças potenciais de descontinuidade das operações de negócios para a organização e possíveis impactos, caso essas ameaças se concretizem.

O Sicoob Confederação realiza Análise de Impacto (AIN) para identificar processos críticos sistêmicos, com objetivo de definir estratégias para continuidade desses processos e, assim, resguardar o negócio de interrupções prolongadas que possam ameaçar sua continuidade. O resultado da AIN é baseado nos impactos financeiro, legal e de imagem.

São elaborados, anualmente, Planos de Continuidade de Negócios contendo os principais procedimentos a serem executados para manter as atividades em funcionamento em momentos de contingência. Os Planos de Continuidade de Negócios são classificados em: Plano de Continuidade Operacional (PCO) e Plano de Recuperação de Desastre (PRD).

Anualmente são realizados testes nos Planos de Continuidade de Negócios para validar a efetividade.

NOTA 23. Seguros contratados – Não auditado

A Cooperativa adota política de contratar seguros de diversas modalidades, cuja cobertura é considerada suficiente pela Administração e agentes seguradores para fazer face à ocorrência de sinistros. As premissas de riscos adotados, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações contábeis, conseqüentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

NOTA 24. Índice de Basiléia

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, o valor do Patrimônio de Referência (PR), apurado nos termos da Resolução CMN nº. 4.192, de 01/03/2013, compatível com os riscos de suas atividades, sendo apresentado abaixo cálculo dos limites:

DESCRIÇÃO	2018	2017
	72,37%	75,44%

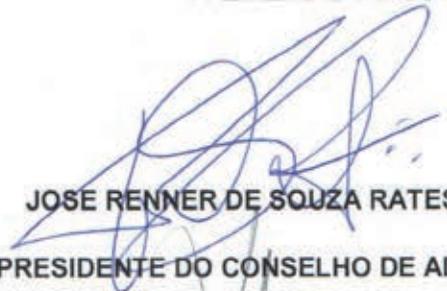
NOTA 25. Provisão para demandas judiciais

É estabelecida considerando a avaliação dos consultores jurídicos quanto às chances de êxito em determinados questionamentos fiscais e trabalhistas em que a cooperativa é parte envolvida. Dessa forma, são constituídas as seguintes provisões:

Descrição	30/06/2018		30/06/2017	
	Provisão para Contingências	Depósitos Judiciais	Provisão para Contingências	Depósitos Judiciais
Para Interposição de Recursos Fiscais - Lei 9.703/98	-	103.198	-	103.198
Para Interposição de Outros Recursos Fiscais	103.198	-	103.198	-
TOTAL	103.198	103.198	103.198	103.198

O montante registrado refere-se à provisão constituída para riscos fiscais relativa ao PIS e à COFINS, que se encontram depositados em juízo. A legalidade de recolhimento está sendo questionada pelas cooperativas de crédito integrantes do sistema Sicoob Goiás, por meio do mandado de segurança aforados pelas mesma, com pedido de liminar. Foi concedida em 01.08.2000, liminar determinando a autoridade competente para se abster de exigir das cooperativas de crédito do Sistema Sicoob Goiás a contribuição para a COFINS sobre receitas com atos cooperativos próprios (Lei 5.761/71), que se encontra suspensa, excluindo-se da decisão os atos praticados com terceiros. Em 25.11.2005, o TRF da 1ª Região julgou e deu ganho de causa às cooperativas de crédito integrantes do Sistema Sicoob Goiás, em relação ao recurso de apelação no Mandado de Segurança, no que diz respeito à cobrança da COFINS. Segundo Assessoria Jurídica do Sicoob Goiás Central, a Receita Federal recorreu da decisão e ainda se aguarda o resultado do recurso.

PALMEIRAS DE GOIÁS-GO, 30 de Junho de 2018



JOSE RENNER DE SOUZA RATES
PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADM.

RICARDO WAGNER DE OLIVEIRA
DIRETOR ADMINISTRATIVO



FERNANDA CASTORINA CAMPOS

CONTADOR 0202220-3

